

## O LADO BOM E LOUVÁVEL DE D. JOÃO VI

Hélcio Pupo RIBEIRO

Naquela manhã de 21 de janeiro de 1808, a Bahia de Todos os Santos acordava em paz com a natureza, bela e sorridente. O azul índigo coloria o firmamento aumentando sua imensidão infinita. E o mar, calmo e pensativo, lembrava nas cristas ondulantes do vasto oceano, o verde brilhante, sedutor, das esmeraldas que o bandeirante Fernão Dias iria encontrar no solo fértil das Gerais. A paz celeste da natureza pródiga envolvia com seu manto invisível o povoado baiano, que parecia aguardar, apático, o grande evento histórico imprevisível.

Decretando o bloqueio continental por Napoleão, D. João, o Príncipe Regente o contemporisou quanto pôde e ainda tentou negociar com o general Junot, quando este já invadira Portugal à frente de tropas francesas e hespanholas. O embarque da Corte Portuguesa tomou quase todo o mês de novembro de 1807 e uma tempestade atrasou a saída da frota, poucas horas antes da entrada do militar francês e suas tropas em Lisboa. A história informa que Andoche Junot “era bom soldado, mas general medíocre”. Deixando a mãe pátria rumo ao Brasil, onde seria instalada a sede do Império Português, a esquadra compunha-se de catorze caravelas transportando quase quinze mil pessoas. As embarcações puseram-se ao largo comboiadas por alguns navios ingleses capitaneados pelo almirante Sidney Smith. Portugal era aliado dos ingleses contra Napoleão Bonaparte. (A Inglaterra teve seu retorno econômico na questão com a abertura dos portos do Brasil a todas as nações). Ao passar pela Ilha da Madeira, a frota dispersou-se por outro tumultuoso temporal, deixando acéfalo o cortejo de navegadores. Algumas naves, porém, entre elas a que transportava D. João e seu séquito, ancoraram num pequeno porto da Bahia, que por isto, foi denominado Salvador. Era o vigésimo

primeiro dia de janeiro de 1808. Após expedir, ainda em janeiro, no dia 28, a Carta Régia que assegurou aos países europeus a franquia dos portos brasílicos, D. João definiu, como primeiro deles, o porto da Ilha de Santa Catarina. Esta providência teve, talvez, como bom resultado, o início da siderurgia nacional com a criação da fábrica de ferro do Morro de Gaspar Soares (ou do Pilar), em Minas Gerais, que gerou, como decorrência, a fundição de ferro, graças à iniciativa do alemão Guilherme von Eschwege, depois honrado com o título de barão. O local situava-se nas imediações de Congonhas do Campo, hoje Congonhas, célebre por abrigar, mais tarde, os Profetas de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Ainda na Bahia, D. João enviou manifesto aos países da Europa, na qual comunicou as razões que o levaram a declarar guerra à França, determinando a invasão da Guiana Francesa por um contingente de 470 soldados. Tal providência, absolutamente quixotesca, nada de importante rendeu ao nosso país, a não ser algum proveito de ordem material: algumas mudas de palmeiras-reais, de fruta-pão e de cana “caiana”, originária da capital Caiena.

Em seguida, a corte real rumou para o Rio de Janeiro. Sua chegada, no dia 8 de março, foi efusiva e calorosa, com aclamações ruidosas ao Rei de Portugal, Algarve e Brasil.

D. João nasceu em 1767, em Lisboa, onde faleceu em 1826, após sua destituição do comando brasileiro por força da revolução de 1822, na qual seu filho Pedro proclamou a independência. Em 1792 contraiu núpcias com a espanhola Carlota Joaquina, filha de Carlos IV. Com apenas dez anos de idade, foi dada em matrimônio a D. João, Príncipe de Bragança e futuro rei do Brasil, sendo, então, aclamado D. João VI.

Não paira dúvida, é bom lembrar, que a mais importante providência de caráter administrativo nos primórdios históricos do século dezanove, foi a conhecida Missão Francesa, de 1816.

A família real teve, no Rio de Janeiro, como primeira residência, o Paço dos Vice-Reis, mudando-se, depois, para a Quinta da Boa Vista. Havia, também, as chamadas residências de campo, como a Fazenda de Santa Cruz e Ilha de Paquetá. Não tardou, porém, que o soberano comprovasse o baixo nível cultural da cidade. De fato, a corte brasileira era deveras inferior à portuguesa, onde ele convivia com

artistas, célebres, músicos famosos de outros países, cercado de pompa, luxo e esplendor. Outro problema, foi a chegada dos quase 15 mil componentes da corte real. Não havia moradias para tanta gente! A providência, drástica mas necessária, foi a de ~~de~~apropriação. Isto foi feito e os prédios escolhidos tinham suas portas marcadas com duas letras: P e R - Príncipe Regente - que o povo carioca com evidente espírito crítico e fino humor, interpretou como “prédio roubado”. Restava, então, o problema sério da cultura urbana. D. João não teve dúvidas: encarregou o francês Joaquim Lebreton, “polígrafo e historiador de arte, bonapartista exaltado mas em ostracismo com a queda de Napoleão”, de organizar missão cultural para enviar ao Brasil homens de saber e capacidade profissional, afim de elevar o nível de erudição do Rio de Janeiro.

Após 63 dias de viagem, procedentes do porto de Havre desembarcou no Rio, em 26 de março de 1816, a Missão Francesa incumbida de exercer profundas alterações nos campos da arte - pintura, escultura, arquitetura, etc. - alguns acompanhados das respectivas famílias, perfazendo o total de 40 pessoas. A mentalidade artística da Missão, no entanto, era a que conhecemos por néo-clássica ou acadêmica, cuja estética prevê impulsos emocionais controlados por disciplina, submissos, contudo, a preceitos intelectuais estabelecidos. O Imperador, tomado de efusiva paixão pelo novo mister, prosseguiu com admirável entusiasmo, sentimento este já mostrado aos cortesãos que o acompanharam nessa empreitada. Em sua corte estava o músico português maestro e compositor Marcos Antonio da Fonseca Portugal, autor de óperas, algumas delas representadas na Itália. Anos depois, outro nome importante na música européia chegou a nossa pátria, o austríaco Sigismund Neukomm, que fora aluno de Michael Haydn, irmão do famoso Joseph Haydn, com quem complementou seus estudos. O primeiro, Marcos Portugal, iniciou severa resistência ao Padre José Maurício Garcia, nosso primeiro músico erudito. Neukomm, por outro lado, reconheceu e proclamou de público as qualidades eméritas de Nunes Garcia, taxando-o na corte, em certa ocasião, “o melhor improvisador ao cravo do mundo”.

Incansável, o Rei continuava, de modo decidido, sua portentosa recuperação da cidade, que seria, um dia, alcunhada de “Cidade Maravilhosa”.

Em março de 1808, nomeou os Ministros do Reino - Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros e do Erário - que transformou-se em Ministério da Fazenda. Ainda em 1808, no dia 7 de março, D. João lançou mãos do 60 mil volumes, guardados no Hospital de Ordem Terceira do Carmo, dando ao acervo bibliográfico o título de Biblioteca Nacional. Em 1821 o Príncipe D. Pedro adquiriu-a para o Brasil pela quantia de 400 contos de reis. Com a presença dos artistas franceses no Rio de Janeiro, entre os quais destacam-se o arquiteto Grand-Jean de Montigny, nome respeitado na França, o pintor Jean-Baptiste Debret, também aquarelista, cujas obras possibilitam em nosso tempo avaliar costumes sociais, políticos e religiosos do Brasil de então. O paisagista e miniaturista Nicolas Antoine de Taunay e seu filho Felix-Émile, exímio gravurista, compunha, com Simão Pradier, o grupo de acadêmicos que iriam influir no ensino das artes para os brasileiros. De tal forma esses mestres inspiraram a arte nacional, que somente após 106 anos transcorridos, em 1922 e em São Paulo, a Semana de Arte Moderna deu o grito que exaltou o nacionalismo: Mário de Andrade e Oswald também de Andrade, mais Menotti del Pichia, entre outros, movimentaram a reação ao academismo. Na pintura, destacaram-se: Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, e outros. Na arquitetura e escultura: Brecheret e Warchavchik e, também, Leão Veloso, deixando outros nomes, para não nos alongarmos.

Em agosto de 1816, dá-se a fundação da Academia Real de Belas Artes, posteriormente Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Em 1820, chamou-se Academia Imperial de Belas Artes. Dois anos depois, denominou-se Academia das Belas Artes. Com o advento da República, passou a ser conhecida como Escola Nacional de Belas Artes. Finalmente, em 1931, foi integrada à Universidade do Rio de Janeiro, alterando-se, em seguida, para Universidade do Brasil.

Transsorria o mês de junho de 1808 e sua Majestade, novamente insatisfeito, inaugurou o Horto Botânico e plantou, ele mesmo, uma palmeira real (*oriodoxa oleracea*) na aléia principal do, hoje, Jardim Botânico. Desejando dar mais imponência ao Jardim Zoológico na Quinta da Boa Vista, sua alteza real mandou construir em alvenaria, uma vistosa portada inspirada no pórtico do arquiteto inglês Robert Adam. O portão, de duas folhas de ferro trabalhadas, chegou ao Rio desmontado, porém, acompanhado de profissional de gabarito, uma vez que não havia por aqui mão de obra especializada. Chegou em 1812, sendo restaurado em nossos dias, recentemente.

1808 foi, inquestionavelmente, um ano pródigo em inovações valiosas para a cidade. Em 12 de outubro D. João cria o Banco de Depósito, Descontos e Emissão que, em 1838, com a fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro, foi ampliado pela intervenção do Barão de Mauá, que lhe deu outra denominação, agora definitiva; Banco do Brasil.

Essa permanência de 13 anos no Brasil, foi interrompida pela Proclamação da Independência e obrigou, conseqüentemente, ao retorno à pátria portuguesa o rei D. João VI. Embarcou no dia 24 de abril de 1821, ao entardecer. Na despedida ao filho Pedro I, pronunciou a frase que a história registrou: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que por alguns desses aventureiros”...

O monarca de Portugal, diz a história “sempre inspirou certa simpatia pessoal, dada a sua inata bondade, tendo realizado obra sumamente vantajosa para o Brasil”. Hélio Viana escreveu: “as conseqüências das mudanças políticas foram consideráveis e benéficas para o Brasil. Não resta dúvida de que a maioria dos historiadores brasileiros julga favoravelmente a transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, não só pelos benefícios que daí resultaram para o nosso país, como pelo verdadeiro sentido estratégico da providência joanina”. Com o mesmo sentido, reitera Roberto Simonsen: “a meu ver, a mudança da Família Real para o Brasil, em 1808, transplantando para o Rio de Janeiro a sede do Império Português representou um inestimável serviço prestado à Colônia, que passou a gozar dos benefícios decorrentes da coincidência das diretrizes políticas do Império com o núcleo econômico, já localizados na Colônia”.

Não há, portanto, como não condenar o filme “Carlota Joaquina”, da diretora Carla Camuratti, que apresentou os personagens reais - Marieta Severo e Maco Nanini - de modo totalmente indecoroso e vulgar, mostrando um D. João debilíode bufão irresponsável e injustamente enxovalhado. O soberano lusitano poderia ter sido um bonachão amável, distraído, mas benévolo. Mesmo que fosse um glutão muito bom de garfo, nunca deveria ser mostrado como um ser humano ridículo e debochado. A injustiça e a ignorância também têm limites, basta não desconhecer seu lado bom e louvável. Quanto à Carlota Joaquina, esta sim, era terrível, em todos os aspectos. Digna de uma psicanálise.